



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638267 - PA (2021/0000495-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
ALEXANDRE MARTINS BASTOS - PA011107
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : FRANCIRILDO DA CONCEICAO SANTOS GIBSON (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FRANCIRILDO DA CONCEICAO SANTOS GIBSON em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (N. 0812753-91.2020.8.14.0000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, por tráfico de drogas, ao ter sido apanhado na posse de 42,8 gramas de substância entorpecente.

A impetrante sustenta que o decreto da preventiva não tem fundamentos concretos e não estão demonstrados os seus requisitos, nos termos do art. 312 do CPP, tampouco a sua necessidade, notadamente tendo em conta a pouca quantidade de droga apreendida e o fato de que o paciente tem residência e trabalho fixos. Salienta que há nulidade, por não ter sido realizada audiência de custódia. Diz que, em razão da flagrante ilegalidade, há de ser relevado o óbice da Súmula 691/STF.

Requer, liminarmente, seja revogada a preventiva, com ou sem a imposição de outras cautelares. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO

PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, pois a decisão atacada deixou assente que o encarceramento destina-se à garantia da ordem pública, dada a possibilidade de reiteração criminosa.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente